

Educação para a Sustentabilidade, Educação Ambiental, Educação Global...qual educação queremos?

Resumo: O Dia Mundial do Meio Ambiente é uma oportunidade de destaque internacional que busca estimular a ação e conscientização global em prol do meio ambiente. Neste sentido, surgem questionamentos sobre como inserir a temática ambiental em ações educativas, sem deixar de lado aspectos sociais, ou seja, com uma visão socioambiental. As respostas práticas a esses questionamentos surgem na forma de diversos movimentos com diferentes visões sobre a educação. Neste texto são descritos alguns movimentos educacionais buscando apresentar que a visão integrada entre eles é uma forma mais adequada de responder aos desafios atuais e futuros com maior justiça socioambiental e sustentabilidade.

Palavras-Chave: Justiça Ambiental; Sustentabilidade; Meio Ambiente, Dia Mundial do Meio Ambiente;

Education for Sustainability, Environmental Education, Global Education ... which education we want?

Abstract: The World Environment Day is an opportunity of highlight international to the theme, attempting to encourage the global awareness and the action in favor of the environment. In this sense, questions about how to enter the environmental theme in educational activities can emerge, without neglecting social aspects, i.e., with a social and environmental vision at the same time. Practical answers to these questions come in the form of various movements with different views on the education. In this paper are described some educational movement seeking to show that an integrated view between them is a more appropriate way to respond to current and future challenges with greater justice and environmental sustainability.

Key words: Environmental Justice; Sustainability; Environment; World Environment Day;



Valdir Lamim-Guedes

Educadores sem Fronteiras (Brasil)

e-mail: dirguedes@yahoo.com.br

web: <http://www.educadoressemfronteiras.org.br/>

"O Planeta Terra é a ilha compartilhada por todos nós. Devemos nos unir para protegê-la."

Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, durante o lançamento do Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

O Dia Mundial do Meio Ambiente (DMMA) foi estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972, marcando a abertura da Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano, celebrado anualmente desde então no dia 5 de Junho. É o principal veículo das Nações Unidas dedicado a estimular a ação e conscientização global em prol do meio ambiente, tanto de países e políticos, como da população. Em apoio à designação pela ONU de 2014 como o Ano Internacional dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o DMMA deste ano usará o mesmo tema, com um foco especial na questão da mudança do clima (Pnuma, 2014).

O DMMA, organizado mundialmente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com apoio de instituições nacionais e internacionais, contando também com forte presença de grupos locais, tem gerado uma cobertura midiática global ampla. Só em 2013, o DMMA contou com mais de 200 mil postagens em blogs e 26 mil artigos publicados. Nas redes sociais, o Twitter somou 200 milhões de usuários ativos e o DMMA esteve entre os Top 10 assuntos mais falados do dia em ao menos 15 países, com uma estimativa de 47.6 milhões de impressões no dia 5 de junho (PNUMA, 2014).



Entre os vários debates gerados devido ao DMMA, está: qual é o papel da educação na garantia de melhores condições socioambientais de vida? Como inserir a temática socioambiental nas ações educativas? O Preâmbulo da Carta da Terra apresenta uma síntese dos desafios postos, não apenas aos educadores, mas a toda humanidade:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações (Carta da Terra Brasil, 2014).

Neste texto, serão apresentados alguns movimentos educacionais que tem envolvimento com questões socioambientais. Ao contrário de muitas discussões acadêmicas, que pregam a superioridade de um sobre outros, o foco aqui será analisar semelhanças, buscando um caminho do meio para um objetivo maior: uma educação que responda ao mundo atual e as perspectivas futuras.

Sustentabilidade e justiça ambiental

Os problemas ambientais não são democráticos. À primeira vista, a ideia soa estranha, mas, se tomarmos como referência como as pessoas respondem aos problemas socioambientais, observaremos que são formas bastante diferentes, conforme o acesso à tecnologia e a renda de cada um, ou a condição do país em que vivem (Lamim-Guedes, 2010). Desta forma, para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e de informação, e/ou por características raciais, étnicas e econômicas, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p. 9; Newton, 2009, p. 291), também utilizado para os que têm o acesso negado a ambientes bons (sem poluição do ar, por exemplo) ou àqueles excluídos dos processos decisórios ou de contestação (Shrader-Frechette, 2002, p. 3).

Como contraponto, cunhou-se a noção de justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro, no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p. 9), ou seja, a tentativa de alcançar a equidade ambiental para todos os grupos dentro da sociedade (Newton, 2009, p. 291).

Apesar de alguma incerteza sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável, a sua ligação com o campo da justiça ambiental tem sido clara e inquestionável para muitos

especialistas (Newton, 2009, p. 104). Neste sentido, a tensão entre desenvolvimento econômico, justiça social e qualidade ambiental é o grande desafio relacionado ao desenvolvimento sustentável (Lamim-Guedes, 2012).

As soluções em busca da sustentabilidade de nosso modo de vida vai além do ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo, incluindo a cada dia mais o culturalmente diverso [Ignacy Sachs apresenta um cenário com 8 dimensões da sustentabilidade que não será tratado neste texto, para mais sobre este debate, acesse: Lamim-Guedes (2012)]. As formas de inserção da temática socioambiental em ações educativas realizadas em escolas ou em outros locais são variadas. Existindo vários movimentos com diferentes abordagens. A seguir será discutido alguns destes.

Diversidade de conceitos

Educação para a Sustentabilidade (EpS), Educação Ambiental (EA), Educação Global, Ecopedagogia, Educação para a Paz, Educação para os Direitos Humanos, Educação Libertadora... são diversos movimentos educacionais, que em diferentes medidas, buscam metas parecidas, relacionadas à maior justiça socioambiental, melhores condições de vida, maior participação das pessoas nas decisões políticas e igualdade, seja de renda, gênero ou étnica. Analisando a questão ambiental nestes movimentos educacionais, as diferenças residem mais na importância que a luta de classes ou o meio ambiente têm nestes movimentos. De forma geral, não são concepções completamente excludentes entre si, mas apresentam diferenças secundárias devido ao uso de um documento de referência, como a Carta da Terra, ou a adoção das contribuições de um pensador, como Paulo Freire.

A Educação Global busca uma aproximação com a temática ambiental, envolvendo a sustentabilidade com as questões relacionadas aos “direitos humanos, como gênero, desafios do milênio e participação cidadã” (Educar para Vivir, 2013). Com grande influência do pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997) e da Pedagogia da Libertação (Educação Libertadora) [mais detalhes em Global Education Week Network (2010)]. Em uma linha semelhante, a Ecopedagogia ou Pedagogia da Terra, baseada essencialmente na Carta da Terra, usa também Paulo Freire como referencial. Com destaque para a percepção de planetariedade e sustentabilidade, como bases deste movimento educativo (Gadotti, 2000).

A Educação Ambiental Crítica reconhecida também por outras denominações, tais como educação ambiental transformadora, emancipatória ou popular vem se consolidando como alternativa a uma educação ambiental hegemônica, esta que não acrescenta mudanças paradigmáticas significativas às transformações necessárias à sociedade do século XXI. A Educação Ambiental Crítica propõe promover o questionamento às abordagens comportamen-

talistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza (Dias e Bomfim, 2011). No entanto, tal proposta não é exclusiva desta corrente dentro da EA, existindo pelo menos outras 14 tendências segundo a autora Lúcia Sauv e (2005), sendo que algumas destas atendem estes objetivos de diferentes formas.

O processo histórico-pedagógico que envolve a Educação Ambiental (EA) e a Educação para a Sustentabilidade (EpS) é apresentado como o surgimento e amadurecimento da EA e uma mudança de nome para EpS (veja Lamim-Guedes, 2013). Tal mudança de processo aconteceu dentro do sistema ONU, sobretudo na UNESCO. No entanto, tal mudança não significa uma alteração conceitual ampla, existindo diversas concepções de EA, como ressaltado por Barbieri e Silva (2011), nem uma aceitação unânime deste novo conceito.

Em um documento da Unesco (1997), intitulado *Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada*, as raízes de uma educação para o desenvolvimento sustentável estão firmemente implantadas na EA, que, em sua trajetória, se esforçou para alcançar metas e resultados similares aos inerentes ao conceito de desenvolvimento sustentável, e compreendem um amplo espectro de dimensões ambientais, sociais, éticas, econômicas e culturais. Esse documento dá a entender que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS, sinônimo de EpS) é uma evolução da EA (Barbieri e Silva, 2011).

Segundo Loureiro (2012) “as Nações Unidas e os propagadores da terminologia afirmam que este é mais pertinente para o enfrentamento dos problemas contemporâneos, pois dialogam com a economia e com as questões sociais em geral, o que nem sempre é verdadeiro para a educação ambiental”. De fato, muitas concepções de EA já incorporaram as dimensões econômicas e sociais, de acordo com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, de modo que é indiferente falar em EA ou EDS (Barbieri e Silva, 2011). Esse é o caso da EA, conforme a legislação brasileira (Brasil, 1999).

O que concluir disto?

Educação para a Sustentabilidade, Educação Ambiental, Educação Global... qual educação queremos? De forma geral, existe uma diversidade de movimentos e se concentrar em um só não faz sentido prático. Cada movimento traz a sua contribuição. Por exemplo, a Educação Global ressalta, entre outros aspectos, os Objetivos do Milênio (ODM), que são metas acordadas pela ONU e a comunidade internacional para a resolução de alguns problemas socioambientais. Enquanto, a EA Crítica foca na emancipação do cidadão. A sustentabilidade entendida de forma ampla, por exemplo, a partir das dimensões propostas por Ignacy Sachs (2002), e adotada pela EpS atende, em parte, às demandas da realidade

planetária atual, assim como a complexidade que existiu na ação de um educador em sala de aula. Além disto, cada educador tem uma maior intimidade com determinado movimento, desta forma, o trabalho articulado entre diferentes educadores, com suas abordagens próprias, favorece que as pessoas, sobretudo as crianças e jovens em idade escolar, tenham contato com uma variedade de visões de mundo.

A atuação do educador de forma geral ou do cidadão envolve preocupações que, conceitualmente, fogem a EA, desta forma, lembrando que devemos analisar a realidade atual de forma planetária. Nesta linha, é necessário uma variedade de movimentos para que sejam tratados em ações educativas temas como o Estado Laico (livre da influência de líderes religiosos), liberdade sexual (homossexualidade, entre outras questões), questões de gênero, aborto, multiculturalismo, entre outros.



Em relação à responsabilidade dos educadores nesta temática, destacamos que “o mundo em que vivemos não é um presente de nossos pais, mas pegamos emprestados de nossos filhos. O que pensarão eles, se não fizermos tudo para melhorá-lo?” (Educar para Vivir, 2013).

Celebre o Dia Mundial do Meio Ambiente! Seja organizando campanhas para a limpeza da sua rua ou promovendo iniciativas pela redução do desperdício de alimentos, dias sem carro, diminuição do uso de plástico, exposições de arte, movimentos de plantio de árvores, shows, recitais e apresentações de dança, iniciativas de reciclagem, campanhas online e competições — toda ação conta. Quando multiplicada por uma comunidade global, o impacto de nossas vozes e ações individuais se tornam exponenciais (Pnuma, 2014). Este poderá ser o primeiro dia de muitos outros com novos comportamentos mais sustentáveis que influenciarão outras pessoas e crianças.

Bibliografia

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. (2009). O que é Justiça Ambiental? Rio de Janeiro: Garamond.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. (2011). Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista Administração Mackenzie*, vol. 12(3), pp. 51-82.
- BRASIL. (1999). Lei No 9.795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm
- CARTA DA TERRA BRASIL. (2014). O texto da Carta da Terra. Disponível em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>
- DIAS, B. C.; BOMFIM, A. M. A. (2011). Teoria do Fazer em Educação Ambiental Crítica: Uma reflexão construída em contraposição à educação ambiental conservadora. VIII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campinas-SP. <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiipec/resumos/R0098-1.pdf>
- EDUCAR PARA VIVIR. (2013). ONGD Educar para Vivir. Disponível em <http://www.globaleducationmagazine.com/educarparavivir/>
- GADOTTI, M. (2000). *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- Global Education Week Network. (2010). *Guia prático para a educação global*.
- LAMIM-GUEDES, V. (2010). A importância da justiça ambiental frente à injustiça da crise ambiental. *Ecodebate*. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2010/01/27/a-importancia-da-justica-ambiental-frente-a-injustica-da-crise-ambiental-artigo-de-valdir-lamim-guedes/>
- LAMIM-GUEDES, V. (2012). Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade. *Sustentabilidade em Debate*, v. 3, p. 223-238. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/sust/article/viewArticle/8135>
- LAMIM-GUEDES, V. (2013). Trilha da Educação Ambiental e da Educação para a Sustentabilidade. Disponível em http://prezi.com/qjkegclm6zgs/?utm_campaign=share&utm_medium=copy
- LOUREIRO, C. F. B. (2012). *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez.
- NEWTON, D. E. (2009). *Environmental Justice: a reference handbook*. 2. ed. Santa Barbara, Califórnia: ABC-CLIO.
- PNUMA. (2014). Um dia dedicado às ações positivas pelo meio ambiente, 2014. Disponível em: <http://www.unep.org/portuguese/wed/about/>
- SACHS, I. (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SAUVÉ, L. (2005). Uma cartografia das Correntes em educação ambiental. In: M. SATO; I. C. M. CARVALHO (org.). *Educação Ambiental*. Porto Alegre: Artmed, pp. 17-45.
- SHRADER-FRECHETTE, K. S. (2002). *Environmental Justice: creating equality, reclaiming democracy*. Nova York: Oxford University Press.
- UNESCO. (1997). *Educación para um futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada*. Paris: UNESCO.